O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 29 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.6524234

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

FEMINISMO E IDEOLOGIA DE GÊNERO: CENSURA DE QUESTÕES DO ENEM A PARTIR DE SIMONE DE BEAUVOIR

Jucenilton Alves dos Santos[1]

Resumo

O objetivo deste ensaio, derivado do I Congresso Internacional Simone de Beauvoir realizado na Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, é orientado para discutir as ações do atual governo no que concerne ao silenciamento e expurgação de questões consideradas por ele como de "ideologia de gênero" no Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM à luz da citação da filósofa francesa Simone de Beauvoir em uma questão de Ciências Humanas da edição do ENEM de 2015 que foi considerada como uma tentativa de doutrinação por parte do então deputado Jair Messias Bolsonaro. Metodologicamente, utilizamos excertos das obras "A Força da Idade" e "Segundo Sexo" de Beauvoir e algumas notícias publicadas na internet. A proposta permitiu discussão e análise sobre a temática para além de uma visão homogênea das estruturas distintas da realidade sociopolítica, principalmente, educacional.

Palavras chave: Educação Escolar; ENEM; Feminismo; Ideologia de Gênero; Simone de Beauvoir.

Abstract

The objective of this essay, derived from the I Simone de Beauvoir International Congress held at the Federal University of São Carlos (UFSCar), is oriented to discuss the actions of the current government regarding the silencing and purging of issues considered by it as "gender ideology" in the High School National Exam (ENEM) in light of the quote by the French philosopher Simone de Beauvoir in a question of Human Sciences in the 2015 edition of the ENEM, which was considered as an attempt at indoctrination by the then deputy Jair Messias Bolsonaro. Methodologically, we used excerpts from the works "The Force of Age" and "The Second Sex" by Beauvoir and some news published on the internet. The proposal allowed discussion and analysis on the subject beyond a homogeneous view of the different structures of sociopolitical reality, mainly educational.

Keywords: ENEM; Feminism; Gender Ideology; Schooling; Simone de Beauvoir.

INTRODUÇÃO

Sendo a igualdade de gênero um dos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, mostramos através dessa proposta que a abordagem educacional no âmbito da Educação Básica e Ensino Superior sobre ideias relacionadas a identidade de gênero podem colaborar com o combate a variados problemas nas escolas e universidades como gravidez na adolescência, violência contra a mulher, machismo e homofobia.

Metodologicamente, utilizamos excertos da obra "Segundo Sexo" de Beauvoir e algumas notícias publicadas na internet sobre a questão do ENEM com a citação da filósofa como meios de interlocução para se analisar a relação dos textos/excertos/notícias com o amadurecimento político-

[1] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail para contato: jucenilton@gmail.com

filosófico e feminista de uma pensadora tão polêmica e presente nos registros acadêmicos da contemporaneidade. A proposta permitiu discussão e análise sobre a temática para além de uma visão homogênea das estruturas distintas da realidade sociopolítica, principalmente, educacional.

A proposição aqui discutida neste ensaio foi previamente apresentada na programação do I Congresso Internacional Simone de Beauvoir, em comemoração aos 70 anos da obra magna *O Segundo Sexo,* que mudou bruscamente a compreensão e o entendimento a respeito da desigualdade entre homens e mulheres e que é aclamada como inspiração para o Movimento Feminista moderno[2].

CONTEXTUALIZANDO O CERNE DA POLÊMICA

Para iniciar o diálogo, usamos/expusemos um vídeo denominado *"Biografia de Simone de Beauvoir"* (BIOGRAFIAS, 2020) cujo intuito foi apresentar a vida de filósofa francesa, desde o local onde nasceu e o que fez enquanto viva, assim como sua relação com o filósofo Sartre.

Logo após a exibição e discussão acerca do vídeo, apresentamos a figura 1 como o principal motivo da polêmica em torno da edição do Enem 2015 fazendo um paralelo com o contexto político atual.

Na questão, observamos que foi usado um fragmento de "O segundo sexo: a experiência vivida" da filósofa francesa e foi justamente a frase "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher" que causou um estardalhaço e agitou toda a mídia brasileira, principalmente a conservadora.

De acordo com Michel Pêcheux (1969 *apud* ORLANDI, 1987, p. 28), "não há, pois, razão para se considerar o discurso como mera transmissão de informação, mas, antes, devemos considerá-lo como efeito de sentidos".

As críticas em sua maioria eram contrárias ao que defende os movimentos feministas. Esses movimentos surgiram em 1960, com o objetivo de garantir direitos civis para as mulheres. Na Europa, especificamente na França, em 1949, foi publicada a obra já citada de Simone de Beauvoir "O segundo sexo: a experiência vivida". Beauvoir foi uma das poucas mulheres intelectuais que se destacava naquele período, e essa obra já trazia temáticas sobre o espaço na sociedade que é imposto à mulher. Em "O segundo sexo", é apresentada toda a trajetória de uma pessoa do gênero/sexo feminino: a maneira como é tratada desde pequena, as dessemelhança nos modos da menina e do menino, as brincadeiras de menino e de menina, assim como os brinquedos, tudo isso sempre requerido pelo pai e pela mãe, e

[2] O congresso ocorreu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) através de minicursos, mesas redondas, conferências e comunicações orais, cuja organização foi do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências.

também pelas pessoas à volta. Nascida em Paris a filósofa e escritora tornou-se uma grande referência para o movimento feminista no mundo todo.

Figura 1 – Excerto da obra de Simone Beauvor

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

A ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.

B pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.

C organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.

D oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.

E estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

Fonte: Enem (2015).

Além da questão da filósofa francesa, o tema da redação também fazia referência às mulheres: "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". O tema foi acompanhado de quatro textos/excertos motivadores, sendo três deles com estatísticas/dados sobre a violência contra mulheres: (i) quantidade de mulheres assassinadas no Brasil entre 1980 e 2010, (ii) violência física, violência psicológica e violência moral, (iii) imagem com a campanha: "Feminicídio. Basta.", (iv) quantidade de casos registrados pela Lei Maria da Penha. Chega-se à conclusão, a partir dos quatro textos motivadores da redação, que o número de agressões às mulheres é muito maior em relação aos homens.

REPERCUSSÃO NA IMPRENSA EM 2015

Para reforçar a discussão, apresentamos na página seguinte duas reportagens para mostrar o quanto foi divulgada a polêmica por conta da questão sobre a Simone de Beauvoir no ENEM 2015 (Quadros 1 A e B).

Quadro 1 – Repercussão sobre Simone de Beauvoir no ENEM 2015

A	ENEM 2015: questão sobre feminismo é comentada nas redes sociais

Grupos feministas comentaram sobre a inclusão da questão na prova.

'Triste notar que frase seja tão atual', afirma especialista em sexualidade.

Uma questão da prova de Ciências Humanas do Enem 2015 chamou a atenção de grupos feministas e ativistas nas redes sociais. A pergunta traz a célebre frase de Simone de Beauvoir ("Não se nasce mulher, torna-se mulher") e é citada em uma questão sobre as lutas feministas da metade do século XX. Elas publicaram reproduções da prova e comentaram sobre a inclusão do assunto no Enem.

B	Feminismo, tema da redação e autores marxistas provocam 'Fla-Flu do Enem'

A julgar pelo barulho, preocupado mesmo já pode ficar o candidato que só descobriu Simone de Beauvoir após o Enem, no fim de semana.

Fosse apenas isso ainda se daria um jeito. Teve também a redação, em que fugir do tema – quer seja por não entender nada ou por não concordar – acaba em zero e em um ano de estudos água abaixo.

De repente, o exame ganhou duas torcidas apaixonadas. Os prós, os contra, e você – que fez a prova– no meio. O problema todo começou a se desenrolar no sábado (24): um trecho de "O Segundo Sexo", da filósofa feminista francesa, caiu na prova. "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino."

As redes sociais ferveram. Uns gostaram, outros detestaram, alguns nem têm opinião. Some-se a isso, políticos que criticaram e outros que criticaram a crítica dos colegas. Quem até ali não sabia nada sobre a francesa aproveitou para conhecer "novas" expressões. "Misândrica" foi apenas um dos adjetivos.

Para os deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Marco Feliciano (PSC-SP), tratou-se de "doutrinação imposta pelo PT" e "investida sobre a formação intelectual dos jovens".

No domingo (25) a discussão engrossou. "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira" foi o tema da redação. As "hashtags" foram de "doutrinação feminista" e "feminazis", a "chora machista" e "machistinhas do Enem"

A presidente Dilma (PT) e o ministro Aloizio Mercadante (PT) se manifestaram. Ela, no Twitter: "A sociedade brasileira precisa combater a violência contra a mulher", afirmou. Ele, ao vivo: "As pessoas podem divergir. Mas na educação tem que estar aberto a conhecer e refletir".

Fonte: A. Lima (2015); B. Sant'Anna (2015).

Ressaltamos que os fragmentos acima apenas ilustram e nos dão uma rápida ideia do quanto o assunto foi discutido, problematizado e repercutido na mídia. Se usarmos os descritores “ideologia de gênero” associado ao descritor “ENEM” na Web, obteremos uma infinidade de *links* cujas temáticas fazem menção ao feminismo, censura, contexto político, bancada evangélica, bancada cristã, frente parlamentar evangélica, conservadorismo, homofobia, transfobia, misoginia, entre outros.

O DISCURSO

Em seu primeiro discurso como presidente, (10/01/2019), Jair Bolsonaro fez a seguinte declaração: "Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores." O discurso "é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008, p. 132)". Depreendemos que, para que possamos detalhar ou minuciar um discurso, necessitamos entender sua conexão com o que foi expresso/falado, permitindo que ele exista. Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Não foi a primeira vez que a expressão foi dita por ele, que já a usou em outras falas públicas, tuites, campanha e entrevistas, assim como seus correligionários e apoiadores, a exemplo da ministra Damares Alves, de Mulheres, Família e Direitos Humanos, que afirmou que "menino usa azul e menina usa rosa" como uma metáfora contra essa linha de pensamento.

A expressão Ideologia de gênero foi cunhada pela Igreja Católica, na Conferência Episcopal do Peru, em 1998, para se referir a uma linha de pensamento que seria contrária à divisão da humanidade entre masculino e feminino. Depois, foi abraçada também pela bancada evangélica como uma categoria de acusação contra qualquer menção aos estudos de gênero e sexualidade, principalmente nas instituições educacionais da rede pública. O termo ideologia de gênero foi concebido em 1997 por Bento XVI, que passou a atuar contra o feminismo e a suposta ideologia de gênero quando tornou-se papa. Essa ideologia é considerada pelos religiosos um perigo para o mundo, uma doutrina que poria em risco a concepção de família. No Brasil, a expressão repercutiu a partir do ano 2004, quando foi elaborada a proposta da Escola Sem Partido, que teve como principal defensor o próprio Bolsonaro. A proposta passou a ser usada/discutida, principalmente, pela bancada evangélica (BRANDALISE, 2019).

O projeto, que foi arquivado em 2018 na Câmara dos Deputados, estabelece que o poder público não permita "qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero". Os estudos de gênero, desde essa época, passaram a ser vistos como uma "doutrinação da esquerda" para atacar valores morais, como a família (BRANDALISE, 2019).

Ideologia de gênero não é um conceito teórico. É uma falácia! A questão é que, entre pesquisadores da área, essa linha de pensamento nem sequer existe.

A concepção de que gênero é uma construção social ganhou espaço nos diálogos intelectuais e acadêmicos a partir de Beauvoir (1980): Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Esse constructo social acontece tanto para a mulher quanto para o homem, pois, segundo Louro (2008, p. 18), "nada há de

puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura”.

Entre suas várias definições, ideologia pode ser considerada como uma “maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou grupo de pessoas” (MICHAELIS, 1998). Outro significado atribuído ao termo ideologia é o de uma “doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam” (ABBAGNANO, 2003, p. 521).

DOCUMENTOS E TRATADOS

A educação para todos e todas tem sido considerada um direito humano fundamental há tempo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que “todo ser humano tem direito à instrução [...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948). Da mesma forma, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos também têm sido postas como preceitos pétreos, de modo que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer espécie” (ONU, 1948). Desde então foram construídos democraticamente e ratificados pelo Brasil diversos documentos e tratados internacionais que versam tanto sobre educação quanto sobre igualdade de direitos (REIS; EGGERT, 2017, p. 11-12).

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) estabelece especialmente no seu artigo 10º que “Os Estados e as partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação” e também para eliminar “todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino...” (ONU, 1979).

No ano 2000, o Fórum Mundial de Educação adotou o Compromisso de Dakar referente à Educação para Todos, com tendo entre suas metas a eliminação, até 2005, “das disparidades existentes entre os gêneros na educação primária e secundária e, até 2015, atingir a igualdade entre os gêneros em educação” (UNESCO, 2001, p. 20).

O artigo 8º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, estabelece que os Estados Partes adotarão, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas formais e não formais de educação destinados a combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher (OEA, 1994).

Entre as áreas prioritárias destacadas pela Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995), tem-se a desigualdade no acesso à educação e à capacitação, e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (UNFPA, 1995).

Em 2015, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para serem alcançados até 2030. O item 5 do Objetivo 4 prevê a eliminação das "disparidades de gênero na educação", enquanto o Objetivo 5 deseja "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (PNUD, 2015)".

Também no Século XXI, começou a se consolidar o entendimento de que são direitos humanos não somente a equidade de gênero como também a livre orientação sexual e identidade de gênero. Da mesma forma, as violências praticadas por motivo de orientação sexual e identidade de gênero podem ser consideradas violências de gênero (BORRILLO, 2009 apud BRASIL, 2012, p. 8).

No que diz respeito à educação, os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero (2007) afirmam que "Toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero, e respeitando essas características" (SPW, 2007, p. 23), e aponta oito deveres dos Estados nesse sentido, incluindo acesso igual à educação e tratamento igual, desenvolvimento do respeito aos direitos humanos, proteção adequada contra exclusão, violência e discriminação (SPW, 2007).

Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos (ONU, 2008; OEA, 2008). Como parte desse processo, em 2013, a ONU publicou recomendações para os Estados referentes às principais obrigações que estes têm para com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (pessoas LGBTQI+), incluindo a proteção contra a violência homofóbica e transfóbica, e a proibição da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero (OHCHR, 2013, p. 13).

Nesse sentido, a questão da orientação sexual e da identidade de gênero também ingressa no campo dos direitos humanos e, por conseguinte, no campo da educação. Isso se encontra refletido em legislações federais brasileiras recentes. O Estatuto da Juventude tem uma seção específica sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade, que determina que o jovem não será discriminado inclusive por motivo de sexo e orientação sexual (BRASIL, 2013), e que para a efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade a ação do poder público deverá incluir [...] temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada

contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública (BRASIL, 2013).

Do exposto acima, fica evidenciado que existe um processo, há décadas, internacional e nacionalmente, voltado para a promoção da equidade entre os gêneros e para o respeito à diversidade sexual, no qual o papel da educação é visto como essencial para se atingir esse objetivo.

AFINAL DE CONTAS, EXISTE ESSA TAL IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS? O QUE É FALAR DE GÊNERO NAS ESCOLAS?

Para explicar de maneira bem didática esse questionamento, expusemos um vídeo (MIOTO *et al*., 2018) que está disponível no *YouTube* no canal da Escola Cidadã - Movimento Educação Democrática (2018), realizado pelo coletivo Escola Cidadã, Londrina – PR. Ao longo do vídeo, temos a exposição de frases bem pontuais e didáticas, a saber:

- "Falar de gênero na escola, não é sexualizar as crianças";
- "Não é promover o fim das famílias tradicionais";
- "Não é converter pessoas héteros em homossexuais";
- "Não é ir de encontro aos valores cristãos de justiça";
- "[...] falar de gênero é discutir a diferença de salários para homens e mulheres no mesmo emprego";
- "É discutir que não é natural as mulheres serem assediadas, estupradas e até assassinadas pelo fato de serem mulheres";
- "É oferecer proteção nos termos adequados a crianças e adolescentes";
- "É discutir por que excluímos dos espaços sociais, agredimos e matamos pessoas LGBTs";
- É discutir a desigualdade de participação de homens e mulheres em atividades de cuidados de crianças, idosos e doentes";
- "Para evitar violências e injustiças, é importante falar de gênero na escola, sempre respeitando a faixa etária das crianças, dos e das adolescentes;
- "Falar de gênero na escola não é promover a pedofilia";
- "Estudos de gênero não é doutrinação ideológica";
- "Discutir gênero, no fundo, se trata de promover respeito, igualdade, justiça e dignidade humana. Dizer que somos diferentes, mas não por isso desiguais".

Iniciativas de diferentes áreas confluem para que escolas discutam mais profundamente as diferenças existentes entre meninos e meninas, homens e mulheres.

Um menino e uma menina são o mesmo?": um vídeo (Movimento DPVFAM, 2017) que se tornou popular nas redes sociais em fevereiro de 2017 abre com essa indagação. Apresentamos e também discutimos com os participantes do minicurso acerca do vídeo cujo objetivo é explicar como funcionaria a tão polêmica "ideologia de gênero". "Para algumas pessoas, meninos e meninas são diferentes não porque seus corpos são diferentes, mas porque todo mundo – os pais, a família, a escola – os obriga a serem diferentes", diz o pequeno filme (NOVA ESCOLA, 2018).

Em ensaio divulgado por Dom Fernando Arêas Rifan, um bispo católico brasileiro, atual ordinário da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney e bispo-titular de Cedamusa, também conhecido por celebrar a Missa Tridentina em suas paróquias, expressa e divulga opiniões parecidas:

> As expressões "gênero" ou "orientação sexual" referem-se a uma ideologia que procura encobrir o fato de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Segundo essa corrente ideológica, as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são resultado de uma construção social. Seguem o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: "Não se nasce mulher, fazem-na mulher (sic)". Assim, sob o vocábulo "gênero", é apresentada uma nova filosofia da sexualidade (DIOCESE PORTO NACIONAL, 2015).

Vale destacar que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo "ideologia de gênero", e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual (REIS; EGGERT, 2017, p. 11-12).

CONSIDERAÇÕES NEM UM POUCO FINAIS

A grande difusão da falsa argumentação da "ideologia de gênero", observada como a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, consequentemente, da família, dentro dos ambientes educacionais, despertou uma espécie de pânico, retrocesso e demonização do "inimigo", quando o que se pretendia com a "promoção da igualdade [...] de gênero e de orientação sexual" era simplesmente contribuir para "a superação das desigualdades educacionais" (BRASIL, 2012) que comprovadamente existem entre os gêneros, em consonância com as décadas de debates, acordos e políticas públicas estabelecidos democraticamente a fim de promover a equidade de gênero.

Se levarmos em consideração a "moral" e/ou pensamento da bancada evangélica e das pessoas denominadas "cristãs", sem generalizações, óbvio, as feministas e os/as cidadãos/ãs LGBTQI+ se transformaram, na visão de quem prega antagonicamente a "ideologia de gênero", no inimigo, a ser combatido de qualquer jeito. Segundo Ivone Gebara, "o inimigo é também uma criação nossa. O

inimigo, dependendo da perspectiva, é o diferente, é aquele que me ameaça, que exige a partilha de lugares, de poderes e de haveres. O inimigo é o diferente, transformado em inimigo" (GEBARA, 2008, p. 57). "Muita coisa mudou desde o final dos anos 1940 (quando Beauvoir publicou o seu *Segundo Sexo*) e o fazer-se mulher transformou-se, pluralizou-se, de um modo tal que talvez nem mesmo a filósofa ousasse imaginar. Mas a frase ficou (LOURO, 2008, p. 17-18)".

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, S. **A Força da Idade**, vol. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

BIOGRAFIAS. "Biografia de Simone de Beauvoir". **YouTube** [15/01/2020]. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 12/04/2022.

BORRILLO, D. "A homofobia". *In*: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.) **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

BRANDALISE, C. "Afinal, o que é a ideologia de gênero da qual o presidente fala?" **UOL** [04/01/2019]. Disponível em <https://www.uol.com.br/universa>. Acesso em: 10/04/2022.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05/05/2022.

BUTLER, J. "Contagious Word: paranoia and "homosexuality" in the Military". *In*: BUTLER, J. (ed.). **Excitable Speech** – a politics of performative. New York/London: Routledge, 1997.

DIOCESE PORTO NACIONAL. "Dom Fernando Rifan fala sobre ideologia de gênero". **Diocese Porto Nacional** [8/6/2015]. Disponível em: <https://dioceseportonacional.org.br>. Acesso em: 13/05/2019.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEBARA, I. **O que é cristianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LIMA, T. "Enem 2015: questão sobre feminismo é comentada nas redes sociais". **G1 Educação** [25/10/2015]. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao>. Acesso em: 12/04/2022.

LOURO, G. L. "Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas". **Pro-Posições**, vol. 19, n. 2, n. 56, 2008.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIOTO, L. H. *et al*. "O que é falar de gênero na escola?" **Youtube** [10/09/2018]. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 10/04/2022.

MOVIMENTO DPVFAM. “Entendendo Ideologia de Gênero em 2 minutos”. **Youtube** [13/02/2017]. Disponível em <https://www.youtube.com>. Acesso em: 10/04/2022.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. Belém: CIDH, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org>. Acesso em: 11/10/2015.

OHCHR - Office of the High Commissioner for Human Rights. **Nascidos livres e iguais**: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Brasília: OHCHR, 2013. Disponível em: <http://www.ohchr.org>. Acesso em: 15/05/2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres**. New York: ONU, 1979.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. New York: ONU, 1948.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. **PNUD** [2015]. Disponível em: <https://br.undp.org>. Acesso em: 11/05/2019.

SPW – Sexuality Policy Watch. **Princípios de Yogyakarta**. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2007. Disponível em: <https://sxpolitics.org>. Acesso em: 08/05/2019.

REIS, T.; EGGERT, E. “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros”. **Revista Educação & Sociedade**, vol. 38, n. 138, 2017.

SANT'ANNA, E. “Feminismo, tema da redação e autores marxistas provocam ´Fla-Flu do Enem´”. **Folha de São Paulo** [27/10/2015]. Disponível em: <https://folha.uol.com.br/educacao>. Acesso em: 10/04/2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação para Todos**: o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO/CONSED/Ação Educativa, 2001.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: UNFPA, 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso em: 11/05/2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 29| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima